

Congresso vai julgar contas do Governo

As contas do Governo Federal relativas a 1990 — que receberam parecer favorável do Tribunal de Contas da União (TCU) para sua aprovação — deverão ser julgadas pelo Legislativo ainda este ano. Ao receber o relatório do TCU, na manhã de ontem o presidente do Congresso, Mauro Benevides (PMDB-CE), garantiu aos ministros Adhemar Ghisi, presidente do Tribunal, e Homero Santos, relator do parecer deste ano, que irá agilizar o processo para que não volte a ocorrer os atrasos que se tornaram uma constante nos últimos anos. A aprovação das contas da união referentes a 1988 só foram publicadas no **Diário Oficial** de 7 de maio deste ano e as de 1989 ainda nem foram julgadas pelo Congresso.

A polêmica quanto ao parecer final dos ministros do TCU, que se confronta com várias irregularidades apontadas pelo relatório técnico do Governo, não foi comentada por Mauro Benevides. “Pelo que me informaram os ministros, as dificuldades encontradas são saneáveis”, limitou-se a dizer. Tanto o parecer prévio quanto o ofício, assinado pelo presidente do TCU, ratificam esta posição dos ministros. Diz o parecer que “as contas do Governo estão, em seus aspectos legais, contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais, em condições de ser aprovadas pelo Congresso, com as sugestões e determinações contidas no voto do ministro Homero Santos”. Não é esta, no entanto, a conclusão a que se chega ao ler o relatório técnico, repleto de falhas, como número alto de despesas sem licitação, gastos excessivos por parte das estatais e dívidas não registradas no Banco Central.

Nas próprias considerações do parecer técnico, Homero Santos, faz a ressalva de que algumas estatais ultrapassaram os limites aprovados e não deixa claro que as irregularidades não acarretam ônus para a União quando diz que “embora as deficiências constatadas na gestão financeira, econômica, orçamentária e patrimonial da administração direta e indireta não constituam motivo impeditivo da aprovação das contas, devem merecer maior atenção, a fim de não acarretarem prejuízos às finanças públicas”.